

# Transparência: população pode acompanhar uso dos recursos da Copel em painel do Estado

13/11/2023

Planejamento

O Governo do Estado disponibilizou um painel que dá transparência à destinação de recursos provenientes da alienação de participação acionária do governo estadual na Copel, realizada em agosto, que a transformou em corporação. Os cerca de R\$ 3,1 bilhões arrecadados serão investidos em obras de infraestrutura (duplicações e melhorias rodoviárias), educação (reformas e construção de novas escolas), habitação, desenvolvimento urbano e sustentabilidade.

O painel pode ser acessado pelo site da Secretaria do Planejamento, [neste link](#). A ferramenta disponibiliza em formato de Business Intelligence (BI) as previsões de investimentos nas áreas de Cidades, Educação, Habitação, Infraestrutura e Sustentabilidade.

[Com avanço do plano de hidrogênio, Paraná trabalha para liderar matriz energética](#)

O governador Carlos Massa Ratinho Junior ressaltou que todos os órgãos interessados, a imprensa e, principalmente, a população terão acesso às informações, de forma muito simples e rápida, às alocações dos recursos. “Entendemos que isso é fundamental. O Governo do Estado segue todas as recomendações do Tribunal de Contas do Estado para que o uso do dinheiro possa significar benefício direto ao povo do Paraná, de maneira transparente e respeitando todas as determinações legais”, enfatizou.

Até o momento, a área de Cidades apresenta detalhamento de gastos que somam cerca de R\$ 326 milhões a serem investidos em 80 municípios, que possuem até 7 mil habitantes e já têm projetos finalizados relacionados à pavimentação de vias urbanas e iluminação pública. O valor máximo de investimento para pavimentação, até agora, é de R\$ 5 milhões.

As outras áreas aguardam a habilitação de projetos para serem inseridos na ferramenta. A maior parte do gasto, de acordo com a divisão, será para Infraestrutura, com R\$ 1,95 bilhão; seguida de Cidades e Educação, com R\$ 500 milhões cada; Sustentabilidade, com R\$ 100 milhões e Habitação, com R\$ 50

milhões.

Segundo o secretário estadual do Planejamento, Guto Silva, os recursos já se encontram no caixa do Estado e serão obrigatoriamente gastos em investimentos. "Não pode ser gasto em custeio, como pagar luz, água, dívida. Precisa dar um retorno para a população, em novas escolas e reformas de unidades de ensino, novos contornos, acessos viários, na questão da habitação e da pavimentação das cidades", disse ele.

Guto Silva explicou que vários programas serão atendidos com esses recursos, que serão inseridos de forma progressiva no portal para que a população possa acessar e visualizar de forma muito didática e simples e acompanhar a evolução desses gastos e fiscalizar.

### [Governo detalha Plano Plurianual na Comissão de Orçamento da Assembleia](#)

"O primeiro lote, de em torno de R\$ 320 milhões, já está no portal, no site da Secretaria, enumerando quais municípios serão beneficiados. De forma progressiva, vamos avançando com todos os demais programas para que a população possa acompanhar de forma muito contundente todo esse trabalho", afirmou o secretário.

GRUPO DE TRABALHO – A fim de ajudar na organização deste processo, o Governo do Estado instituiu, em meados de setembro, um grupo de trabalho para acompanhar e consolidar as informações referentes à execução financeira e física dos projetos que integram o plano de investimentos do Poder Executivo viabilizado pela alienação da participação acionária na Copel.

<https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Governo-publica-decreto-que-institui-grupo-para-acompanhar-execucao-dos-recursos-da-Copel>

Ele é composto por representantes indicados pela Casa Civil, Secretaria do Planejamento e Secretaria da Fazenda. A coordenação é da Casa Civil.

### [Produção de hidrogênio no Paraná é tema de evento sobre agro e sustentabilidade](#)

Para a execução do plano de investimentos, compete à Secretaria da Fazenda providenciar a liberação de recursos para execução dos projetos, em qualquer fonte orçamentária apta a custear a despesa e no limite do montante total do plano de investimentos, devidamente corrigido. Essa pactuação contou com apoio e colaboração do Tribunal de Contas do Estado (TCE).